**Economia do Brasil dos anos 2000-2010**

**Autores:** David Antunes, Janete Carmem, Melina Rohers e Ulisses Rodrigues

Este trabalho irá demonstrar os acontecimentos econômicos nos anos de 2000- 2010, na transição de governos de Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula.

Fernando Henrique teve dois mandatos consecutivos como presidente da republica (1995-1998) e (1999-2002). Em 1994 e 2002 o plano real proporcionou a estabilidade monetária perdida na primeira crise do petróleo.

As sucessivas crises cambiais de 1999-2001 e 2002, fizeram om que o Brasil aumentasse ainda mais suas dividas externas, seja pela atração de apitais especulativos de curto prazo, recorrendo a empréstimos de regularização junto ao FMI, a desvalorização do real em 1999 impediu um aprofundamento da deterioração do balanço de pagamentos. A divida externa brasileira em 2001 e 2002 saltou de 148,3 bilhões de dólares para 227,7 bilhões, um aumento de 53,5%. Isto mostrou a impossibilidade de se conter a inflação por um período prolongado.

O padrão de crescimento do PIB durante o período de vigência do plano real foi do tipo STOP and. GO, a razão principal para esse comportamento instável das taxas de crescimento está no fato de que a política macroeconômica deu ênfase e manteve as demais variáveis de ajustes. Como a estabilidade monetária, seja na fase ancora cambial (1994-1999) ou na fase das metas inflacionarias (1999- 2002), apoiou-se essencialmente na manutenção de elevadas taxas de juros e no seu aumento ainda maior nos momentos de crise cambial.

A inflação se alimenta do desequilíbrio do governo. A única forma de manter o nível dos preços sob controle são os gastos do governo (1999 – 2002) afinal, a estabilidade da moeda estava sendo preservada e, naquele momento, tal fato se apresenta como um valor maior para uma sociedade exausta pelas tentativas passageiras de controle inflacionário do passado.

A política de Fernando Henrique preocupou-se essencialmente, com a estabilidade macroeconômica. Isto resultou em uma herança pesada demais para o próximo governo que seria de Luiz Inácio Lula da Silva candidato do PT que venceu as eleições.

Uma vez eleito, e para decepção daquela parcela do eleitorado que, nas eleições anteriores haviam lhe dado apoio na expectativa de grandes mudanças, Lula adotou como política de governo o que havia prometido na CARTA AOS BRASILEIROS, de junho de 2002, ou seja, manter em linhas gerais a política macroeconômica do governo FHC.

Pode-se culpar Lula de não ter um largo projeto de desenvolvimento para o Brasil e de ter permitido que nesse vácuo o projeto neoliberal do governo anterior continuasse a avançar.

O desempenho da economia brasileira no governo Lula tem apresentado seus aspectos mais relevantes principalmente o crescimento, o emprego, a renda e o equilíbrio externo. No primeiro momento o governo aposta todas suas fichas em três reformas: da previdência, tributária e monetária

Em síntese, podemos dividir a política econômica do governo Lula em duas fases. A primeira é marcada pelo aprofundamento da agenda neoliberal e a segunda pelo liberal-desenvolvimentista e que cobre todo o segundo mandato, que é marcada por uma intervenção mais forte do estado na economia, mesmo assim continua refém do mercado financeiro, pois a taxa de juros é de3finido pelo Banco Central, independente do desejo do governo.

A economia mundial passou a crescer rapidamente, impulsionada pelos países emergentes da Ásia, com destaque para China e para a Índia. Ainda que as taxas pouco expressivas, mas de forma sustentada sem que mudanças expressivas tivessem sido introduzidas na política macroeconômica.

Importantes medidas por ele foram tomadas para a estrutura do estado: Empresas estatais como a Eletrobrás e a Petrobras foram fortalecidas. A Petrobras aumentou de forma expressiva seus investimentos. Não se falou mais em privatização do Banco do Brasil. O BNDES mudou radicalmente seu papel, de financiador das privatizações com dinheiro público, passou a funcionar como banco de desenvolvimento.

A lei dos transgênicos, frequentemente apresentada como prova de capitalização do governo Lula ao neoliberalismo, era na verdade uma demanda importante da comunidade cientifica nacional impedia de realizar pesquisas pela ausência de um marco legal em questões, como a pesquisa com células tronco embrionárias.

Entre 2002 e 2009 houve uma efetiva redução da desigualdade de renda, que se deve fundamentalmente a maior descontração da renda do trabalho e aos efeitos das transferências públicas de renda (aposentadorias, pensões, bolsa família e programa de benefício de prestação continuada).

No governo Lula, as politicas assistenciais, no caso o programa Bolsa Família teve continuidade, o número de famílias atendidas pelo programa em 2008 foi de 11 milhões, e é preciso reconhecer que com tudo isso não foi feito com prejuízo da politica nem com o proposito de suprimi-los. Ao contrário, as políticas universais, e a previdência social, o sistema único de saúde, a lei orgânica de assistência social e o seguro desemprego, cujo peso é o salário mínimo, tiveram igualmente seu escopo ampliado por meio da politica de valorização do salário mínimo. Afirmar, portanto, que o governo Lula se orienta pela cartilha neoliberal tal como se antecessor não corresponde aos fatos.

A política macroeconômica do governo apresentou no período de 2003 a 2007, como principal prioridade, a estabilidade monetária, por meio do plano de desenvolvimento produtivo, anunciado em 12 de maio de 2008, de que a política macroeconômica é condição necessária, mas não suficiente, para a aceleração da competitividade industrial pode ser comprometida, asa a ênfase da política econômica continue a restringirem-se à estabilidade monetária por meio do aumento ou da manutenção das ainda elevadas taxas de juros e da taxa de câmbio valorizada.

Além da manutenção da política macroeconômica voltada para a estabilidade monetária, por meio da politica de metas de inflação, o governo Lula deu continuidade a restrição fiscal do governo anterior. Não apenas manteve a politica de obtenção de superávit primários no orçamento adotado em 1999, mas aumentou as metas de superávit primário, de 3,8% para 4,25% do PIB.

A economia passou a crescer devida forte elevação nos preços e demandas por commodites, beneficiando o Brasil, que é um grande exportador de matérias-primas e produtos agrícolas, e contribui para o melhor desempenho da economia brasileira.

Do ponto de vista econômico o desempenho do governo Lula poderia ter sido melhor, considerando-se o cenário mundial amplamente favorável. Nota-se que ao longo dos oito anos do último governo a economia brasileira apresentou um crescimento médio anual de 3,46% onde o governo FHC apresentou 2,4%. No entanto, esse desempenho poderia ter sido ainda pior caso as medidas de crise econômica adotadas após a crise de 2008 não tivesse gerado alguns efeitos positivos.

Neste contexto a tão desejada ZERAGEM da divida liquida externa brasileira, é enganoso, uma vez que tem sido obtida por meio de uma agressiva politica de atração de capitais externos, cuja contrapartida é a compra de dólares pelo Banco Central e a correspondente em missão de títulos da divida pública, para zerar a divida externa liquida que é a diferença entre a divida externa total o Banco Central do Brasil gastou, entre 2004 e 2007, cerca de 354 bilhões de reais.

Não menos importante na economia é preciso observar que a taxa de investimento no Brasil é extremamente baixa. A baixa taxa está relacionada com a politica de juros elevados e com o cambio apreciado, que estimularam o investimento produtivo.

A possibilidade de o Brasil encontrar sua posição na divisão internacional do trabalho no séc. XXI como fornecedor de alimentos, produtos minerais e biocombustíveis tem gerado três diferentes reações; A primeira, mais alinhada com o pensamento liberal é a de entender que se trata de um caminho natural para o país. A segunda, é de enfatizar os riscos associados a essa opção. A terceira, é uma variante da segunda ao mesmo tempo em que enfatiza o risco da desindustrialização.

As ações de política econômica fizeram com que o Brasil fosse um dos PAISES EMERGRNTES menos afetada pela crise financeira global. Mas isso não significa que não existe problemas e correções necessárias, onde alguns desafios permaneçam para o próximo governo.

Dentre eles setor externo onde torna-se necessário reduzir a volatilidade da taxa de cambio como forma de estimular as exportações; a politica de investimento público, onde é necessário estimular os investimentos (públicos e privados) no sentido de elevar a taxa de investimento da economia; a redução consiste da taxa de juros que é necessário para diminuir as diferenças das taxas de juros praticadas internamente e as taxas de mercado internacional; manter e ampliar um plano de investimento de infraestrutura básica e melhorar a eficiência do gasto público como forma de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Diante do artigo apresentado podemos concluir, que o Presidente Lula assumiu o governo em 2003, diante de forte crise financeira. Sua proposta era zerar as dividas externas, aumentar a condição financeira da população, assim como diminuir o desemprego. Com altos e baixos em todo seu mandato, obtendo sucesso devido aos programas e metas por ele estabelecidos e cumpridos. Acreditamos que ele tenha terminado seu mandato com dever cumprido, por mais dificuldades que tenha encontrado.

**Referencias Bibliográficas:**

* Herança e ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil, de Reinaldo Gonçalves. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
* Economia Brasileira da colônia ao governo Lula, de Marcos Cordeiro Pires. São Paulo, Saraiva, 2010.
* A política econômica durante o governo Lula (2003 – 2010): Cenários, resultados e perspectivas, de Lauro Mattei e Luís Felipe Magalhães.
* Economia brasileira: Da primeira república ao Plano real, de Fernando Soares. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.